

Política de Privacidade de Dados

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Tabelionato de Protesto de Títulos de São João do Paraíso valoriza a privacidade de seus usuários e criou esta Política de Privacidade para demonstrar seu compromisso em proteger a sua privacidade e seus dados pessoais. O tratamento de dados pelo Serviço Notarial e Registral decorre da sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

Esta política de privacidade está em sintonia com os fins públicos a serem alcançados pela atividade registral de protestos e de acordo com os artigos 1º, 2º e 6º, 23º a 32º da Lei nº 13.709/2018, e Portaria da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais Nº 6.905/CGJ/2021, da Lei Federal nº 9.492/97 (Protestos), da Lei nº 8.935/1994 (Notários e Registradores), notadamente o art. 30, inc. VI, no que cerne ao dever de sigilo profissional. Objetiva dar segurança ao usuário ao descrever de que forma sua privacidade é protegida pelo Tabelionato de Protesto de Títulos de São João do Paraíso ao coletar, tratar e armazenar suas informações pessoais.

O Tabelionato de Protesto de Títulos de São João do Paraíso segue o Código de Conduta que representa a missão, a visão e os valores, feito com objetivo de orientar e retratar quais são os valores prioritários desta Serventia, sempre visando uma atuação ética de todos os seus funcionários.

1.1 DEFINIÇÕES

Usuário: todas as pessoas físicas que utilizarão ou visitarão o *Site* maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipadas e totalmente capazes de praticar os atos da vida civil ou os absolutamente ou relativamente incapazes devidamente representados ou assistidos.

Dados Pessoais: significa quaisquer informações fornecidas e/ou coletadas pelo Tabelionato, por qualquer meio, ainda que públicos, que:

(I) identifiquem, ou que, quando usadas em combinação com outras informações tratadas pelo Tabelionato identifiquem um indivíduo; ou por meio das quais a identificação ou informações de contato de uma pessoa física possam ser derivadas.

(II) Os Dados Pessoais podem estar em qualquer mídia ou formato, inclusive registros eletrônicos ou computadorizados, bem como em arquivos baseados em papel. Os Dados Pessoais, no entanto, não incluem telefone comercial, número de celular comercial, endereço comercial, e-mail comercial.

Finalidade: o objetivo, o propósito que o Tabelionato deseja alcançar a partir de cada ato de tratamento das informações pessoais.

Necessidade: justificativa pelo qual é estritamente necessário coletar dados pessoais, para atingir a finalidade, evitando-se a coleta excessiva.

Bases legais: fundamentação legal que torna legítimo o tratamento de dados pessoais para uma determinada finalidade prévia por parte do Tabelionato.

Consentimento: autorização expressa e inequívoca dada pelo (a) usuário titular do dado pessoal para que o Tabelionato de Protestos de Títulos de São João do Paraíso trate seus dados pessoais para uma finalidade previamente descrita, na qual a base legal necessária para o ato demande a autorização expressa do titular.

Esta política se aplica, em geral, a todos os (as) Usuários e potenciais Usuários dos serviços oferecidos pelo Tabelionato de Protestos de Títulos de São João do Paraíso e resume como poderá coletar, produzir, receptor, classificar, utilizar, acessar, reproduzir, transmitir, distribuir, processar, arquivar, armazenar, eliminar, avaliar ou controlar a informação, modificar, comunicar, transferir, difundir ou extrair os dados coletados, incluindo as informações de identificação pessoal, de acordo com as bases legais aplicáveis e todas as leis de privacidade e proteção de dados em vigor.

Caso o Usuário não se enquadre na descrição acima e/ou não concorde, ainda que em parte, com os termos e condições contidos nesta Política de Privacidade, não deverá acessar e/ou utilizar os serviços oferecidos pelo Tabelionato de Protestos de Títulos de São João do Paraíso, bem como os *sites* e serviços por ele operados.

2. COLETA E USO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Neste sentido, todos os dados pessoais coletados e suas finalidades estão disponíveis no Mapa Geral de Dados Pessoais do Tabelionato de Protesto de Títulos de São João do Paraíso e o (a) titular do dado pessoal pode solicitar as informações disponíveis em qualquer momento que julgar necessário.

Com referência aos requisitos autorizativos previstos na LGPD, a fundamentação para o tratamento dos dados pessoais nesta serventia foi assim definida:

Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, na forma do art. 23, §4º da Lei 13.709/2018: os serviços notariais de protestos de São João do Paraíso exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, têm o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito público. Assim, todos os atos notariais de protestos descritos na Lei 9.492/1997, Lei 8.935/1994, e no Provimento Conjunto TJMG/CGJMG nº 93/2020, executados pelo Tabelionato de Protestos de São João do Paraíso, revestidos de finalidade pública, independem de consentimento do titular, e, se submetem ao tratamento de dados pessoais no exercício das competências legais do serviço público.

O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos atos inerentes ao exercício dos serviços notariais e de registros, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independe de autorização específica da pessoa natural que deles for titular. Todos os dados pessoais que não se enquadram em bases legais citadas acima, deverão possuir consentimento expresso do titular para o devido tratamento.

O usuário que decidir fornecer seus dados pessoais pessoalmente ou via *site*, necessários à prática de qualquer serviço realizado por esta serventia, declara estar ciente e concordar com os termos descritos neste documento. A concordância com esta Política de Privacidade é indispensável à utilização do *site* e dos serviços oferecidos pelo Tabelionato de Protestos de Títulos de São João do Paraíso.

3. SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Para mantermos suas informações pessoais seguras, usamos ferramentas físicas e eletrônicas orientadas para a proteção da sua privacidade. Aplicamos essas ferramentas levando em consideração a natureza dos dados pessoais coletados, o contexto e a finalidade do tratamento e os riscos que eventuais violações gerariam para os direitos e liberdades do titular dos dados coletados e tratados. Entre as medidas que adotamos, destacamos as seguintes:

- Apenas pessoas autorizadas têm acesso a seus dados pessoais;
- Seus dados pessoais são armazenados em ambiente seguro e idôneo.

O Tabelionato de Protesto de Títulos São João do Paraíso se compromete a adotar posturas para evitar incidentes de segurança. Todos os dados pessoais coletados e suas finalidades estão disponíveis no Mapa Geral de Dados Pessoais do Tabelionato de Protestos de Títulos de São João do Paraíso. O(A) titular do dado pessoal pode solicitar as informações disponíveis em qualquer momento que julgar necessário. O Tabelionato de Protestos de Títulos de São João do Paraíso tem um prazo de 15 (quinze) dias úteis para fornecer todas as informações.

Em caso de incidentes de segurança que possa gerar risco ou dano relevante para você ou qualquer um de nossos usuários/clientes, comunicaremos aos afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre o ocorrido, em consonância com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

4. TÉRMINO DO TRATAMENTO DOS DADOS

À Controladora, é permitido manter e utilizar os dados pessoais do (a) titular durante todo o período necessários para as finalidades relacionadas nesse termo e ainda, para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 1º da Lei nº 13.709/2018.

O término do tratamento ocorrerá quando os dados pessoais deixarem de ser necessários ou pertinentes para a finalidade para o qual foram tratados, nos termos do art. 15, inciso I da Lei 13.709/2018, e sua conservação se dará em observância ao disposto no art. 16 da referida Lei.

5. DIREITO DE REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO

O (A) titular poderá revogar seu consentimento, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º§ 5º, da Lei nº 13.709/2018. O (A) titular fica ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

- Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria do (a) titular e da Controladora;
- Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;
- Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

- Quando necessário para atender aos interesses legítimos da controladora ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do (a) titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

6. DISPOSIÇÕES

- Os sistemas e procedimentos internos utilizados para armazenamento e processamento do uso dos dados pessoais atendem aos princípios gerais da Lei 13.709/2018.
- O Tabelionato de Protesto de Títulos de São João do Paraíso, em razão de sua finalidade pública atende a Portaria da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais Nº 6.905/CGJ/2021 conforme disposto no Art. 3º:

O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos atos inerentes ao exercício dos serviços notariais e de registros, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independe de autorização específica da pessoa natural que deles for titular.

Parágrafo único. Consideram-se inerentes ao exercício dos ofícios, os atos praticados nos livros mantidos por força de previsão nas legislações específicas, incluídos:

I - Os atos de protocolização, intimação, acolhimento de devolução ou aceite, recebimento do pagamento, lavratura e registro de protesto e averbação;

II - As comunicações para unidades distintas, visando as anotações nos livros e atos nelas mantidos;

III - Os atos praticados para a escrituração de livros previstos em normas administrativas;

IV - As informações e certidões;

V - Os atos de comunicação e informação para órgãos públicos e para centrais de serviços eletrônicos compartilhados que decorrerem de previsão legal.

O Tabelionato de Protesto de Títulos de São João do Paraíso, em razão de sua finalidade pública, atende às normas da Capítulo IV, Seção I da Lei 13.709/2018 e do art. 3º da Portaria da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais nº 6.905/CGJ/2021, e os “dados pessoais destinados à prática dos atos inerentes ao exercício dos serviços notariais e de registros, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independe de autorização específica da pessoa natural que deles for titular”.

7. Serviços via *site* e WhatsApp:

Ao fazer uso dos serviços de consulta gratuita, pedido de certidão, edital eletrônico ou cancelamento *on-line* de protesto, todos disponibilizados no *site*, o usuário estará usando serviços externos ao nosso *site*. Nosso *site* apenas redireciona o usuário para o endereço eletrônico desses serviços externos, a fim de facilitar a navegação do mesmo e melhorar a experiência do usuário, disponibilizando os serviços em um único ambiente. São facilidades oferecidas pela Central Nacional de Protesto ou pelo IEPTB-MG (Instituto de Estudos de Protesto do Brasil, seção MG). Assim, caso opte por fazer uso desses serviços, o usuário concordará com os termos de uso apresentados pelos *sites* originais, onde os serviços são apresentados. Esclarecemos que o Cartório de Protesto de São João do Paraíso não tem acesso ao banco de dados desses *sites* e não faz uso dos dados neles apresentados.

Para a transparência das informações, importante também informar que quando você navega pelo nosso *site* o Google Analytics interpreta sua navegação e nos compila as experiências em forma de relatórios. Os relatórios são disponibilizados de forma anônima, no estilo estatístico, e esse serviço segue as políticas de privacidade próprias.

Também ocorre o mesmo quando o usuário do nosso *site* nos chama pelo WhatsApp. A segurança dos dados segue a política de privacidade própria deste aplicativo.

8. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Caso tenha dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou sobre os dados pessoais que tratamos, você pode entrar em contato com a nossa Encarregada de Proteção de Dados Pessoais (DPO), Claudenice Maria de Almeida, através dos seguintes canais:

E-mail: cartoriodesaojoao@hotmail.com

Telefone: (38)3832-1280